

13 MAR 1987

JORNAL DO BRASIL

ANC 88  
Pasta 12 a 20  
março/87  
033

ANC

pg 2

13 MAR 1987

Política

# Entidades têm "pool" para influir na Constituinte

**Brasília** — Um **pool** de entidades populares está atuando organizada e eficazmente no Congresso, para influir no futuro texto constitucional, e já conseguiu duas importantes vitórias: foi por sua iniciativa, mobilização e capacidade de persuasão que o regimento interno da Constituinte acabou permitindo a apresentação de "proposições populares" assinadas por 30 mil pessoas e a discussão sobre a realização ou não de um plebiscito para ratificar a nova Constituição.

O próximo passo do **pool**, que, significativamente, se reúne na Comissão de Trabalho da Câmara, será influir na formação das oito comissões temáticas e suas 24 subcomissões para, segundo a socióloga Maria José Jayme, do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), "garantir a participação de constituintes identificados com as causas populares". Além disso, dezenas de entidades vêm se reunindo nos estados para debater temas específicos. O resultado dessas discussões será canalizado para o **pool**, em Brasília.

## Organização

Entre as entidades, destacam-se, pelo nível de organização, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Há, ainda, o Inesc, o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (Ceac, vinculado à Universidade de Brasília), o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Além disso, há a participação esporádica de entidades trabalhistas, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Além disso, atua ativamente no **pool** o Plenário para a Participação Popular na Constituinte, representado em Brasília pelo advogado Francisco Witheraker, que tem uma rede espalhada por quase todos os estados e forte poder de resposta ao trabalho feito no Congresso.

Na elaboração do projeto de regimento, o **pool** discutiu e aprovou o texto da emenda, possibilitando a apresentação de "proposições populares", independentemente de patrocínio

por um ou mais parlamentares. Quem acabou assinando essa emenda foram o senador Mário Covas (PMDB-SP) e os deputados Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT, e Brandão Monteiro, líder do PDT. A emenda foi aprovada e incluída no texto final do regimento, já aprovado.

Para a redação da emenda, o **pool** contou com a preciosa colaboração do ex-deputado do PMDB gaúcho João Gilberto, hoje no Ceac. Foi ele também quem redigiu um texto de seis páginas datilografadas detalhando o processo constituinte, desde a formação das comissões até a votação final em plenário, sugerindo todos os momentos de participação direta das entidades populares. O texto foi discutido na tarde de quarta-feira, também na Comissão de Trabalho.

## Fluxo de pressão

A participação do **pool** começa pelo trabalho das bases de dezenas de entidades nos estados. Ontem, por exemplo, reuniram-se em São Paulo grupos de defesa da causa indígena, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a UNI (União Nacional do Índio). No próximo dia 20, no Rio de Janeiro, será a vez das entidades ligadas à reforma agrária, como a própria Contag e a Comissão Pastoral da Terra da CNBB (CPT). As conclusões dos debates serão encaminhadas ao **pool** e servirão de base para a pressão sobre as subcomissões e, depois, as próprias comissões temáticas da Constituinte.

Há, também, um fluxo inverso: todas as entidades do **pool** têm, por exemplo, telex próprio e mais de um telefone. A CNBB mantém, sob a coordenação do padre Virgílio Ulhôa, uma espécie de agência de notícias que, diariamente, fornece material para mais de cem jornais e rádios e, além disso, produz um boletim semanal com análises sobre as discussões da Constituinte. O papel do Ceac é, segundo João Gilberto, "de meio de campo", pois é quem viabiliza, técnica e regimentalmente, as propostas do **pool**.